

A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)

Miguel de Barros*

p. 71-82

1. Introdução

O que podemos dizer quando falamos da democracia e Sociedade Civil? Segundo Chabal (2008) a prática democrática conduz a benefícios que exigem mais democracia (individual e institucional), contribuindo para abertura de espaços a diversos actores - Sociedade Civil¹ - gerando maior participação e consolidação democrática, compreendida como livre expressão e criação. A reivindicação do direito ao desenvolvimento não foi possível sem liberdade, o pluralismo de expressão e a participação popular na resolução dos problemas. Daí o fracasso de políticas nacionais de desenvolvimento anteriores atribuídas a imposição externa, num contexto de autoritarismo estatal e ilegítimo (Lopes, 1987; Galli, 1989; Cardoso, 1995; Koudawo e Mendy, 1996; Sangreman, 2003), contribuindo para que o falhanço dos programas de ajustamento estrutural se deva exactamente à falta de governos e populações livres (Sen, 2003; Rudebeck, 2004).

Ora, o presente artigo visa essencialmente identificar e analisar as origens e progressos da Sociedade Civil na Guiné-Bissau, desde a liberalização política (1991) até à actualidade. Volvidos 20 anos após a instauração do multipartidarismo e profundamente abalado pelo conflito político-militar (1998-99), o presente trabalho pretende igualmente explicar o actual entendimento do conceito e da “imagem da sociedade civil” no contexto guineense, nas suas relações com outros actores e no seu interior.

Assim, propõe-se reflectir sobre o conceito da sociedade civil, apresentando o caso da Guiné-Bissau, enquanto uma proposta conceptual que visa a superação do minimalismo institucional do carácter da democracia (realização de eleições e funcionamento das instituições formais), adoptando o colectivismo social (sentido da democracia), como forma de ampliar o campo de análise de outros actores e de captação das dinâmicas endógenas (Arato e Cohen, 1994; Avritzer e Santos, 2005).

* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

1 A dimensão do conceito aqui utilizado é aquele que reconhece múltiplas características de associação e de integrações políticas, institucionalizadas ou não, possibilitando assim o reconhecimento de outros valores culturais locais ou tradicionais.

2. A Transição Democrática na Guiné-Bissau: a participação no desenvolvimento enquanto mudança protagonizada pela Sociedade Civil

Segundo Forest (1992; p. 53), as organizações de massas criadas pelo partido libertador com objectivo de mobilizar a população para o desenvolvimento nacional, aparentemente, serviam para aplicar uma estratégia governamental exclusivista e antidemocrática em relação à sociedade. Esta tese é reforçada por Mendy (1996; p. 28) que demonstra a existência de esforços concertados do partido-estado em controlar a juventude², os trabalhadores³ e as mulheres⁴, e ainda, o monopólio dos meios de comunicação social, tentando impor a lógica monopolizada e unânime em nome da unidade nacional (e entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde) e a segurança nacional, respectivamente.

Entretanto, a adesão do país ao multipartidarismo, fruto de pressões externas e internas num contexto da falência do Estado suportado pelas políticas de Ajustamento Estrutural, teve como consequências imediatas a afirmação e o reconhecimento de outros actores sociais colectivos (para além dos partidos políticos) enquanto agentes que participam nas decisões, lutam pela diminuição das desigualdades sociais, políticas e económicas.

Nesta base, considera-se que a acção de alguns sectores da Sociedade Civil (Igreja, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais, Órgãos de Comunicação Social, Associações Profissionais e de Base Comunitária) contribuíram de forma decisiva quer para o ensaio à democracia como na promoção do desenvolvimento, no combate às desigualdades sociais e melhoria das condições de vida das populações.

Analisando o papel de cada um desses actores no processo volvidos 20 anos da vigência democrática com muitas vicissitudes, pode-se encontrar percursos, dinâmicas e papéis de maior e menor intensidade consoante a conjuntura dos contextos (internos e externos) nos quais esses actores se inscrevem.

Deste modo, um dos actores reconhecidos dessa dinâmica é a Igreja Católica, que apesar das desconfianças da sua ligação às entidades coloniais, o seu envolvimento não abrandou face à independência e a crise social provocada pelo esvaziamento do *Estado-Providência* nos anos 80, favoreceu a reafirmação da sua influência social, nos domínios da saúde e da educação, sem deixar de incorporar na sua área de acção as comunidades islâmicas (Koudawo, 2001).

O conflito político-militar de 1998/99, que pôs término a 18 anos do poder absoluto do general João Bernardo “Nino” Vieira, contribuiu para dar à Igreja Católica uma nova dinâmica e projecção, desempenhando um papel de destaque, particularmente, o seu bispo D. Arturo Ferrazzetta, que defendeu e promoveu a paz, e esteve muito próximo da população. Outro facto que favoreceu a consolidação da autoridade moral herdada, prende-se com a nomeação do bispo D. Camnaté Na Bsing, em 1999 (primeiro bispo de origem guineense) após o falecimento do seu antecessor, tendo este adoptado uma atitude de “vigilância” em relação à governação e promoção de paz e justiça social.

No campo sindical, o impulso para o seu desenvolvimento foi favorecido pelas emendas constitucionais entre 1991 a 1993, no qual as liberdades fundamentais reafirmadas, contribuiu para a despolitização dos sindicatos, em particular da central sindical – UNTG - que

2 JAAC - Juventude Africana Amílcar Cabral e Pioneiros (Flores de Setembro e Abel Djassi).

3 UNTG - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.

4 União Democrática das Mulheres.

declarou a sua independência face ao PAIGC. De acordo com Koudawo (1996, pp. 97-105), essa fase foi de uma efervescência em que quase todos os sindicatos demonstraram uma forte tendência para se autonomizarem afim de participarem de uma forma plena, como um pré-requisito para credibilidade, tal como foi o caso dos primeiros sindicatos independentes fundados no início dos anos 90 - SINAPROF - Sindicato Nacional dos Professores; SNTTC - Sindicato Nacional dos Transportes e Telecomunicações, ex-filiado à UNTG, só para citar alguns, que foram decisivos na denúncia das condições precárias de trabalho e salário na Guiné-Bissau.

A condição de liberdade política e concomitantemente a necessidade de manutenção dessa condição, impulsionou a evolução de uma acção colectiva com um renovado espírito de luta e desencadeou o surgimento de mais sindicatos, que só na primeira metade dos anos 90, superou o número de sindicatos existentes em 17 anos de monopólio. Na actualidade, para além da UNTG (que congrega 17 sindicatos filiados) existe a CGSI - Confederação Geral dos Sindicatos Independentes - com 6 sindicatos filiados, mas com os sindicatos mais activos (Justiça, Professores, Jornalistas, Transportes e Telecomunicações).

No campo das Organizações Não Governamentais - ONGs⁵, a abertura à democracia, permitiu um grupo de quadros nacionais constituir associações com projectos diversificados contra a degradação do Estado, assumindo um discurso baseado na “revitalização da sociedade” (Barros, 2004; Sangreman *et alia*, 2006). As primeiras ONGs concentraram o seu foco de actuação na promoção do desenvolvimento privilegiando os serviços de base (saúde, educação) e depois o ambiente e os direitos humanos. Contudo, até 1991, não existia no país, legislação sobre as Associações de Apoio ao Desenvolvimento (Solidami, 1991)⁶. A dinâmica da criação das ONGs conheceu um *boom* sobretudo depois do conflito político-militar de 1998-99, chegando a estarem registadas na Plataforma das ONGs mais de uma centena e meia de ONGs. Todavia, uma das fragilidades das ONGs desde a sua nascença, prende-se com o facto de dependerem quase que completamente do apoio externo (Handem, 2008, pp. 41-43), ou seja, a sua debilidade financeira, resulta da fraca capacidade de auto financiamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno (Sangreman *et alia*, 2006, p. 28).

Relativamente aos órgãos da comunicação social, estes evoluíram para um pluralismo maior, sobretudo no fim da primeira metade dos anos 90. Os primeiros a quebrarem o monopólio do Estado foi a imprensa escrita, com o surgimento do jornal Expresso Bissau (semanário privado criado em 1992), seguido depois das rádios privadas Pindjiguiti e Bombolom, ambas em 1995, respectivamente, fruto de iniciativa de jornalistas afectos à Radiodifusão Nacional. Se na fase inicial as iniciativas dos *Medias* privados tiveram que enfrentar a multiplicação

5 Promovidas por doadores ocidentais, num contexto geopolítico da queda do socialismo e a afirmação do triunfo da democracia liberal como a forma de organização política, as ONGs transformara-se em escolas de cidadania para os africanos - aprenderam a criticar os seus dirigentes, a tolerar opiniões diferentes, a respeitar o processo eleitoral, sendo ainda as ONGs mais entusiastas aos discursos liberal e actos autênticos emancipação associando a democracia, autonomia e desenvolvimento (Igoe & Ketsall, 2005, p. 12).

6 Para alguns autores (Koudawo, 1996; Igoe & Ketsall, 2005; Temudo, 2005; Lima Kallas, 2010), o novo discurso em torno das ideias de “sociedade civil” e “participação” foi centrada sobre as ONGs e no caso guineense, rapidamente absorvida e reproduzida por uma elite em busca de novas receitas nas políticas de austeridade. As ONGs tornaram-se os novos instrumentos para captação de recursos. Na compreensão de outros (Handem, 1991; Handem, 2008; Sangreman *et alia*, 2006), a aposta no sector não governamental constituía simultaneamente uma possibilidade de continuar a investir em instituições nacionais capazes de cumprir com o desafio do desenvolvimento (rural e social) no contexto de desmantelamento do Estado devido aos efeitos da política do ajustamento estrutural.

de medidas restritivas no quadro das licenças que eram apenas provisórias devido à falta de legislação específica que regulasse claramente o sector o conflito político-militar de 1998-99 teve efeitos catastróficos⁷ ao nível dos órgãos de comunicação social (Koudawo, 2000, pp. 98-99; 109), hoje, os *Media* constituem um veículo de maior diversidade de opiniões e o seu papel é insubstituível (sobretudo as rádios) no que diz respeito ao aprofundamento da democracia e o desenvolvimento do espírito de participação na vida pública por parte do cidadão. A maior vitalidade foi registada no campo das rádios de cariz comunitário e local⁸, dando maior visibilidade aos problemas que afectam o quotidiano das populações, podendo ser a própria população, em particular os jovens, os protagonistas da acção. Neste momento, a Guiné-Bissau conta com uma rede nacional de rádios comunitárias com cerca de três dezenas de rádios inscritas, que cobrem todo o país.

Uma das maiores dificuldades é o aspecto financeiro associado a alguma asfixia da máquina do governo⁹, contribuindo para que os *Media* sejam algo dependentes (vivendo quase que apenas dos serviços de publicidades e anúncios). Esta situação tem maior impacto nos jornais, tornando muitos títulos com menos audiências, irregulares e até efémeros devido ao contexto económico pouco favorável, podendo por em causa a liberdade dos *Media* e sobretudo dos jornalistas e dos profissionais.

Quanto às associações de diferentes tipos, verificou-se igualmente uma multiplicação a um ritmo acelerado com destaque para associações socioprofissionais (ordens de médicos, advogados, arquitectos, economistas, vendedores) e de base comunitária (urbano e rural), das mulheres e de jovens. O sector onde a dinâmica da vida associativa conheceu uma maior vitalidade durante a década de 90, foi o das associações de jovens e agrupamentos de mulheres (Handem, 2008, p. 18). Segundo Barros (2010, pp. 10-13), é na primeira metade do ano 2000 que o movimento associativo juvenil se desenvolveu mais acentuadamente, reforçando o carácter organizacional, com o surgimento das redes independentes (nacionais e temáticas) de associações juvenis – visando a promoção e uma maior participação cívica dos jovens no processo democrático.

É unânime nos estudos realizados sobre o associativismo guineense independentemente da sua base de inserção (Koudawo, 1996; Temudo, 2005; Handem, 2008; Barros, 2010; Lima Kallas, 2010) o carácter instrumental dessas organizações devido a filosofias de projectos dos doadores que privilegiam o trabalho directo com os grupos sociais (organizados formalmente) o que fez disparar o número de associações, quer na capital como nas zonas rurais do interior do país. Este fenómeno contribuiu para esvaziar as associações da sua agenda prioritária, condicionando o que realmente querem, podem e têm mandato de fazer.

Contudo, vários autores têm chamado atenção para outras estruturas autónomas da Sociedade Civil, baseadas em dinâmicas desencadeadas pelas associações ditas tradicionais/informais que desempenham papéis preponderantes na manutenção dos laços sociais, re-

7 Nessa fase, o princípio da liberdade de imprensa outrora em franca projecção foi seriamente enfraquecida por falta de um ambiente político institucional, económico e social favorável ao seu exercício efectivo. Os que mais sofreram foram as rádios privadas: as instalações da Pindjiguiti foi completamente saqueada, a Mavegro perdeu parte do seu equipamento e a Bombolom foi ocupada logo no primeiro dia do deflagrar do conflito, transformando-se na Rádio Voz da Junta Militar. Quanto as rádios comunitárias foram simplesmente silenciadas, visto que a maioria era gerida por ONGs. No pós-conflito, muitos jornalistas foram perseguidos, presos e espancados, jornais ameaçados de serem retirados os alvarás e invasão de espaços de algumas rádios.

8 Ao contrário dessas evoluções, a televisão não registou nenhuma evolução significativa para o pluralismo desde a liberalização política até à actualidade, continuando a funcionar a única televisão estatal, num regime irregular e quase que animador, mudando de direcção consoante a orientação e interesse dos sucessivos governos.

9 Só o jornal estatal *Nô Pintcha* tem uma edição online.

criação de solidariedades, protecção social e desenvolvimento de sociabilidades (Koudawo, 1996; Domingues, 2000; Chabal, 2008; Teixeira, 2008 e 2010; Borges, 2010; Trajano Filho, 2010). No contexto guineense, essas associações têm demonstrado grande produtividade e utilidade quer no espaço urbano como rural, sendo menos dependentes das lógicas de actuação do sector da cooperação ou privado.

Referimos a grupos de *Mandjuandades*¹⁰, grupos de interesse, agrupamentos, clubes, cuja acção em áreas geográficas contribuíram para a introdução de novas tecnologias e culturas, a integração dos jovens, promoção do estatuto económico e social das mulheres, o acesso a novos conhecimentos e, finalmente, a uma mudança de mentalidade sobre inclusão social das mulheres e participação dos jovens na tomada de decisão (ACEP, 2000, p. 120; Handem, 2008, p. 18).

Constata-se que mesmo existindo essas associações e dinâmicas antes da implantação do regime colonial e depois o liberalismo, muitas vezes são excluídas do debate público (Barros e Rivera, 2010). Na perspectiva de Barros e Rivera (2010, p. 615), esta forma de engenharia social desencadeada por actores como as *Mandjuandades*, *bideiras*¹¹ têm influenciado aspectos comportamentais e relacionais de grande parte dos guineenses, permitindo a afirmação não só de sociabilidades como de construção de alternativas de emprego, geração de renda e até influências na governação, alicerçados nas redes sociais, entre o localismo e o cosmopolitismo, como sujeitos sociais, contribuindo assim para desconstruir a dicotomia formal/informal mostrando a sua relação e intersecções.

De uma forma geral, pode-se considerar que nesta fase, o contributo mais significativo da Sociedade Civil guineense teve incidência em três pólos: a) assegurar os serviços de base (acesso a educação, saúde); b) promover os direitos humanos e da cidadania; c) informar, sensibilizar e consciencializar (ambiente, conservação, diversificação da produção).

No tocante aos serviços de base, o impacto do trabalho das OSC (Organização da Sociedade Civil) permitiu reduzir as desigualdades sociais gritantes que se verificavam em termos de direito ao acesso a saúde e educação e contribuiu para a revitalização anímica principalmente das zonas rurais. O desenvolvimento de iniciativas de cariz comunitário por parte das ONGs, igrejas e até por parte de associações camponesas e de jovens favoreceu a redução de impacto da ausência do Estado nas zonas rurais através de iniciativas que permitiram a construção de centros hospitalares e escolares geridas pela própria comunidade beneficiária (são casos da rede das escolas de auto-gestão e das escolas comunitárias).

Todavia, denota-se um grande nível de apropriação destas iniciativas devido ao nível de replicação que teve no âmbito nacional, numa conjuntura em que o Estado quase demitia da sua responsabilidade, é exactamente nestes exemplos que se constatou uma deficiência de coesão e colaboração entre as organizações intervenientes no mesmo sector ou região, por um lado, mas também a falta de coordenação, papel que deveria ser assegurado pelo Estado, levando as iniciativas mais inovadoras a serem descontínuas e não consolidadas.

10 Denominação em crioulo (língua nacional) das classes de idades. No entanto, são grupos informais, multi-étnicas de convivialidade (através de cantigas) ou associação entre coetâneos que reúnem para expressar solidariedade com os outros membros aquando dos baptizados, casamentos e falecimento (incluindo auxílio material e financeiro). O principal fim das *Mandjuandades* é de preservar e fortalecer o espírito de solidariedade e assistência mútua no seio do grupo e da comunidade.

11 O termo resulta da palavra “*bida*”, em português, significa *vida*. Aplica-se às mulheres que desenvolvem actividades comerciais de uma forma independente, por conta própria. Este processo é interessante para a compreensão das relações económicas, familiares e sociais, acerca das formas, como recorrem às diferentes representações que existem do «moderno» e do «tradicional», e como gerem os recursos sociais e económicos, de um modo fluido e informal, segundo as circunstâncias e as conveniências.

No campo dos direitos humanos e da cidadania, o desempenho das OSC, contribuiu de forma decisiva na salvaguarda dos direitos civis e deveres do Estado, através das denúncias de violação, prestação de apoio jurídico às vítimas, aconselhamento, mesmo quando essas acções punham em causa a própria segurança dos activistas e das suas organizações. Entretanto, se na fase inicial os detentores de poderes públicos estavam muito desconfiados da acção das OSC neste domínio, hoje existe uma consciência de que mesmo eles acabam por ser também beneficiários da sua acção tendo em conta as práticas de exercício musculado do poder político e militar na Guiné-Bissau. O mais paradoxal é que se chegou a um ponto em que era tida na Sociedade Civil como o principal defensor dos desfavorecidos e protector contra a violência do Estado, facto que contribuiu para desorientar as organizações presentes nesse campo para uma intervenção de cariz mais político (mediático) do que assegurar a defesa dos direitos humanos básicos dos cidadãos.

No campo de informação, sensibilização e consciencialização sobretudo no que concerne as questões ambientais, conservação do património natural e cultural (saberes tradicionais associados), diversificação da produção agrícola, a articulação entre o desenvolvimento de rádios comunitárias nas zonas rurais e periféricas com intervenção no terreno (capacitação, desenvolvimento de projectos, visitas de estudo e intercâmbios, produção de publicações, criação de casas de ambiente e cultura, escolas de verificação ambiental, introdução de tecnologias de produção adaptadas e ecológicas, gestão e animação de zonas naturais reservadas) contribuíram para o crescimento de uma consciência ambiental como nunca se viu no país e também proporcionou a um conjunto de comunidades e actores melhorarem as suas condições de vida, mesmo não saindo das suas localidades.

Contudo, essas dinâmicas embora tenham tido reconhecimento crescente ao nível dos actores estatais e da comunidade internacional, elas ainda são frágeis na medida em que o seu sucesso no terreno não acompanhou o desenvolvimento institucional através de uma plataforma que congregue e coordene a acção das OSC¹² e nem do ponto de vista estatal existe uma estrutura governativa que acompanha, supervisiona ou coordena a acção dos Actores Não Estatais.

3. A Sociedade Civil face à participação no desenvolvimento: compromisso ou beco sem saída?

O actual entendimento do conceito e da “imagem” da Sociedade Civil tem evoluído na perspectiva de projectos alternativos de democracia e da cidadania, nos quais ela é obrigada a assumir responsabilidades sociais evitadas pelo Estado (AVRITZER, 1994).

No caso guineense, o conflito político-militar de 1998/99 foi um teste favorável à responsabilização e compromisso da Sociedade Civil, que se organizou no denominado Movimento da Sociedade Civil para Consolidação da Paz e Democracia¹³. Não obstante a isso, os militares, nesta fase, desempenharam um papel muito mais activo e visível, na medida em que

12 A plataforma das ONG está desactivada há mais de cinco anos e a organização do Movimento da Sociedade Civil para a Paz e Democracia é de cariz mais formal e menos vocacionado para a mobilização e espaço de acção das diferentes manifestações da Sociedade Civil.

13 Segundo Sangreman *et alia* (2006, p. 29), este teve como propósito a mediação do conflito entre as partes beligerantes e, simultaneamente, sensibilizando a Comunidade Internacional sobre a necessidade de continuar a apoiar a população e os esforços da consolidação da paz. Salienta-se que as acções de promoção do desenvolvimento se alargaram à fase do pós-conflito.

o fim do conflito, foi considerado como a segunda guerra da independência nacional¹⁴, reforçando o carácter já pesado da herança militar da luta para a independência (Koudawo, 2001; Sangreman *et al.*, 2006; Cardoso, 2007).

Contudo, os períodos de transição pós-conflito e pós-golpe para o presidente Kumba Yalá (2003) confirmaram a falta de confiança generalizada nos políticos e partidos¹⁵ e, consequentemente, reafirmaram a autoridade moral, política e social da Sociedade Civil, através da indigitação de uma figura da Sociedade Civil, ao cargo do Presidente da República de Transição, o empresário Henrique Rosa. Este período caracterizou-se, ainda, por uma intensa actividade política, durante o qual, os partidos ganharam um novo impulso, crescendo para mais de duas dezenas, tendo-se também, mobilizado para a militância partidária, amplos sectores da sociedade guineense, inclusive vários líderes de outras organizações da Sociedade Civil, como figuras ligadas à igreja, militantes das ONGs, sindicalistas, empresários e jornalistas.

Tal facto tornou este processo muito participativo, criando oportunidades de elevar e influenciar o debate público, de traduzir na agenda nacional algumas preocupações das populações mais carenciadas e de favorecer a reflexão e procura de alternativas para a governação. Mas esta polarização de vida pública à volta do debate político-partidário teve alguns efeitos perversos. Com efeito, este misturar de campos de intervenção e a proliferação de líderes políticos sem projectos nem compromissos para com o país, acentuou as clivagens sobretudo entre as ONGs (e as suas redes) e os sindicatos, agravou os riscos de recuperação do trabalho, das bases de apoio e da credibilidade de algumas das mais activas e influentes.

A estratégia política desses actores, outrora (e ainda) da Sociedade Civil, na qual muitos depositaram esperança para a materialização de uma forma de fazer “*política alternativa*”, acentuou a desolação e fez estremecer (algumas) boas relações com as organizações doadoras do Norte, quando face à derrota sofrida nas urnas e ao novo figurino político, assumiram posturas dúbias e fizeram alianças duvidosas. Algumas dessas alianças foram impostas aos seus partidos de forma autoritária (devido a estratégia de equilíbrio com as chefias militares), traindo princípios e compromissos assumidos com as suas bases de apoio e levando, em certos casos, à sua fragmentação, na sequência da partilha de responsabilidades no seio do novo elenco governamental, acusando profundas clivagens internas, como também na oposição (Barros, 2004).

As tensões políticas e sociais, desde esse período, aumentaram e intensificaram-se até a actualidade, contribuindo para um crescente clima de insegurança e incerteza face à ameaça de novas derrapagens de consequências imprevisíveis¹⁶. A fragilidade da Sociedade Civil, no sentido de redes sociais partilhadas que infundem nos indivíduos um forte sentido de

14 Devido ao envolvimento de forças estrangeiras do Senegal e da Guiné-Conacri no apoio ao governo, sem que o parlamento se tenha pronunciado.

15 A desenfreada luta pelo acesso e conservação do poder, numa perspectiva da “*visão patrimonial do Estado*”, a combinação de recursos limitados aliada à disputa pela sua posse têm sido, desde sempre, factores de instabilidade e de luta política na Guiné, visto que as posições administrativas são encaradas não com sentido de serviço à comunidade, mas na antecipação dos privilégios que o exercício da função garante (Nóbrega, 2003).

16 Desde a implementação do multipartidarismo, nenhum governo ou presidente conseguiram cumprir o mandato devido a golpes de Estado, assassinatos de políticos e militares em pleno exercício das suas funções (incluindo o Presidente da República em 2008 e dois chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas em 2005 e 2008, respectivamente, sem esquecer o líder da Junta Militar, morto em 2002). Estas mortes e a ineficiência do sistema judicial em julgar os responsáveis têm conduzido a um radicalismo na intervenção de vários actores devido a impunidade num país onde os militares ainda não dão mostras da submissão ao poder político (civil) e com tendências de divisão étnica.

individualidade ao contrário de outros contextos, onde permitiu o desenvolvimento do capitalismo (japonês), embora em detrimento das liberdades cívicas (Hirata, 1969) ou do reforço das instituições do Estado (cabo-verdiano), como defende Furtado (1998), no caso guineense conduziu à desestruturação do embrião daquele que poderia ser o “real” movimento da Sociedade Civil, devido à falta de uma visão partilhada no que concerne a participação política e conquista do poder político (Barros, 2004).

Porém, na actualidade, assiste-se a uma estratégia de acção das OSC mais consequente, integrada e duradoura do ponto de vista político, permitido maior engajamento e compromisso na sua relação com o Estado em alguns sectores. São casos da gestão das áreas protegidas nacionais, onde o Estado dispõe de uma estrutura ligada à conservação e conferiu a algumas OSC estatuto de animador principal das acções de desenvolvimento, como são casos da Área Marinha Protegida e Comunitária das Ilhas Urok¹⁷ e Parque Nacional de Cantanhez. Um outro sector importante no qual se têm verificado uma boa articulação e amadurecimento da colaboração entre as OSC e o Estado é no nível da transparência da gestão do dossiê do petróleo e indústrias extractivas, através de um Grupo de Trabalho que congrega departamentos estatais, associações, parlamentares, confederação camponesa, ONGs nacionais e estrangeiras actuantes no domínio de desenvolvimento durável, que a partir de 2006, por iniciativa de algumas ONGs, conseguiu colocar a questão do petróleo na agenda pública. Dois anos depois, criou-se o grupo que tem promovido alguma monitorização deste sector, através da adopção de um quadro legal que proteja o país (como por exemplo, lei da avaliação do impacto ambiental, lei do petróleo e das minas, ratificação de convenções internacionais). Também tem promovido formação aos parlamentares, responsabilização das empresas do sector, apoio às comunidades na protecção e salvaguarda dos direitos e, ainda em 2010, este Grupo de Trabalho assinou um memorando de entendimento com o governo (através do Ministério dos Recursos Naturais), com vista a apoiar o governo na busca de informações pertinentes para melhor tomada de decisões.

Contudo esta visão e abordagem da articulação entre as OSC e o Estado não é algo que ainda esteja generalizado e apropriado ao nível do país, se tomarmos em consideração as acções no domínio do Género e dos Direitos Humanos. No primeiro caso, essa abordagem sustentada na articulação não funciona porque as OSC que intervêm nesse domínio são muito fracas em termos de capacidades institucionais, muito dependentes do ponto de vista financeiro e os doadores só se centram no Estado, direccionando a sua atenção para estruturas estáticas e distantes da população mais necessitada e cujas lideranças estão mais engajadas na agenda do partido que sustenta o governo com vista à sua promoção.

Já no segundo caso (Direitos Humanos), apesar das sucessivas violações ao longo, sobretudo, da última década, o apoio às organizações de defesa e promoção dos direitos humanos na Guiné-Bissau não é uma prioridade da generalidade dos doadores. A percentagem de Apoio Para o Desenvolvimento relativa a actividades relacionadas com os direitos humanos foi de 0.89% no período de 2004-2009¹⁸. Aqui, a questão fundamen-

17 Primeira de cariz comunitária, tem a sua própria estrutura de governação, juntando à mesma mesa de concertação o Estado (através dos seus diferentes serviços desconcentrados), as comunidades locais (autoridades tradicionais, religiosas, jovens, mulheres e grupos de interesse), e ONGs. O foco principal desta área é o princípio da governação participativa e co-gestão de espaços e recursos vitais através da conservação, cultura e desenvolvimento. Esta iniciativa tem servido de modelo e inspiração a nível nacional e regional.

18 Para maior informação ver os dados da OCDE (2011), Guiné-Bissau: Aid at a Glance.

tal coloca-se em relação ao carácter menos profissional da actuação destas organizações (os recursos humanos são todos voluntários e só têm salários quando há projectos financiados) e a forte dependência financeira externa do país e destas organizações, visto que verbas disponibilizadas pelos doadores são mínimas e nem sempre coincide com as prioridades internas.

Nestes dois sectores (género e direitos humanos) nem existe uma política estruturada para a sua promoção e de apoio às OSC, apesar de algumas iniciativas nesse sentido, sobretudo por parte de alguns doadores multilaterais e entidades nacionais (Instituto da Mulher e Criança e Comissão Nacional dos Direitos Humanos). Daí que a questão do desenvolvimento das capacidades dos actores da Sociedade Civil, para além das capacidades de administração, e reforçar estruturas e organizações económicas e sociais da sociedade guineense, constitui-se hoje um dos principais desafios, com vista à coesão social e efectivação das diferentes intervenções.

4. Conclusão

A ampliação de espaços de diálogo entre o Estado e os cidadãos está altamente centralizado com todas as decisões no executivo governativo (Mepir, 2010) e também pela acção dos doadores (Roque, 2007) devido ao elevado nível de dependência do país do exterior. Mas a incapacidade do Estado na satisfação das necessidades básicas das populações e a dificuldade em estender a presença das suas instituições a todo o território fazem com que a inclusão cada vez mais dos actores ditos “não estatais” seja incontornável.

A participação da Sociedade Civil é encarada como um meio de prevenção do declínio da confiança no sistema político-social, demonstrando um claro *forcing* contra a desintegração social, através da vida associativa, permitindo deste modo o desenvolvimento harmonioso (Sangreman et alia, 2006, pp. 34-35). Mas será necessário um intenso e permanente diálogo entre os órgãos de soberania e as instituições públicas e a sociedade civil (incluindo o privado e o militar) na realização dos estados gerais que permitirão articular possibilidades e estratégias que favoreçam o consenso e o compromisso.

É deste modo que, sustenta Chabal (2008), o que assistimos em África torna inconcebível a separação do Estado e da Sociedade, mas sim, devem ser antes analisados como duas facetas do processo político. Para concretizar esta afirmação, o caso guineense historicamente marcado pelo autoritarismo (incluindo na vigência do regime democrático), vivendo de transição em transição, consequência do facto do Estado não ter conseguido “civilizar” a classe castrense e os sucessivos regimes políticos, fazendo com que nenhuma das transições políticas tenham sido consolidadas. Por outro lado, a Sociedade Civil é por vezes sitiada pela aliança entre a Sociedade Política e Militar, deixando de lado as reivindicações e demandas da população. Por fim, se as sucessivas transições democráticas continuam, no entanto, dificultadas pela debilidade económica do país, devastadas pelo conflito político-militar de 1998-99 e a instabilidade política, isso implicará necessariamente uma articulação entre as diferentes manifestações da sociedade civil (formalizadas e não formalizadas) na refundação de um novo modelo, cultura e compromisso. Esse modelo deverá implicar a projecção de um empreendedorismo económico e de um contrato social capaz de criar ingredientes para um mercado vital, isto é, se a economia estiver implantada numa Sociedade Civil mais ampla, como postula Keane (1998: 29) e que albergue as interações sociais baseadas em normas

como confiança, fiabilidade, honestidade, amizade, capacidade para o compromisso com o grupo e um reconhecimento mútuo não violento. É de salientar que alguns aspectos considerados como positivos do contexto guineense, como o facto de os conflitos internos e os incidentes político-militares ao longo da última década não terem mobilizado largos sectores da população (a qual continua a apoiar inequivocamente uma paz duradoura), deveu-se bastante a acção de uma Sociedade Civil que, apesar dos seus recursos limitados, é cada vez mais uma voz crítica, activa e comprometida. Este facto contribui para que hoje na Guiné-Bissau seja reconhecido o papel da Sociedade Civil na consolidação do Estado. Contudo, o apoio a estes actores e à promoção do diálogo entre estes e o Estado é uma dimensão que existe apenas nalgumas estratégias de doadores multilaterais e que deve ser reformulado e reforçado, sem perder de vista a projecção do sector privado. É neste sentido que o futuro das OSC na Guiné-Bissau se joga em termos de governação bem como de pertinência e sustentabilidade das acções promovidas ou apoiadas pelos doadores. Isto passará de algum modo pela existência de mecanismos de avaliação e integração das lições aprendidas, que poderiam ajudar a evitar ou controlar efeitos perniciosos das intervenções externas, capacidade de auto-financiamento e financiamentos internos, mecanismos institucionalizados de concertação interna entre actores nacionais (estatais, locais, não estatais, privados) e de diálogo e coordenação com vista ao reforço das capacidades individuais ou colectivas (instituições) nacionais.

Referências bibliográficas

- ACEP, (2000), *O Associativismo e o Micro-crédito na Luta Contra a Pobreza pela Promoção do Bem-Estar Rural: estudos de casos em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*, MTS-DC, Lisboa.
- Arato, A. & Cohen, J. (1994), Sociedade Civil e Teoria Social, *In* Avritzer, L. coord., *Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte: Del Rey, pp. 147 a 182.
- Avritzer, L. & Santos, B. (2005), Introdução. Para ampliar o Cânone Democrático, *in* Santos, B. org., *Democratizar a Democracia: os caminhos para a democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 39 a 82.
- Avritzer, L. (1994), Sociedade Civil, além da dicotomia Estado-Mercado, *in* Avritzer, L. coord., *Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte: Del Rey, pp. 41 a 80.
- Barros, M. & Rivera, O. (2010), A (Re)construção do Estado no Contexto dos Estados Frágeis: O caso da Guiné-Bissau, *in* *Actas do IIº Congresso África-Occidente - Corresponsabilidade en el Desarrollo*, Vol.II, Huelva, Fundación Europea para la Cooperación Norte-Sur, pp. 603 a 619.
- Barros, M. (2010), *Associativismo Juvenil Enquanto Estratégia de Integração Social: O caso da Guiné-Bissau*, Comunicação apresentada no CIEA7, CEA/ISCTE-IUL, Lisboa.
- Barros, M. (2004), A Sociedade Civil Guineense Face ao Desenvolvimento e a Consolidação da Democracia: compromisso ou beco sem saída?, *in* *Fórum DC*, Lisboa.
- Borges, M. (2010), Associativismo Feminino no Atlântico Lusófono: Bissau (África) e Cachoeira (Brasil), *in* Havik, P. et alia orgs. *Caminhos Cruzados em Antropologia e História*, ICS, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 291 a 308.
- Cardoso, C. (2007), *Da abertura à apertura: os desafios da transição política na Guiné-Bissau*, Codesria, Senegal.
- Cardoso, C. (1995), A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil, *in* *Lusotopie. Transitions libérales en Afrique Lusophone*, Paris: Karthala.

- Chabal, P. (2008) Twilight Zone: Sociedade Civil em Angola, in Vidal, N. & Pinto de Andrade, J. eds, *A Sociedade Civil e a Política em Angola: enquadramento regional e internacional*, Lisboa, Firmamento, pp. XXI a XXXIII.
- Domingues, M. (2000), *Estratégias demininas entre as bideiras de Bissau*, Tese de Doutoramento, Lisboa: FCSH-UNL.
- Forest, J. (1992), *Guinea-Bissau: Power, Conflict na Renewal in a West African Nation*, Boulder: Westview Press,
- Furtado, C. (1998), Democracia em África: Limites e Possibilidades, in *África*, USP, São Paulo, pp. 199 a 217.
- Galli, R. (1989), Estado e Sociedade na Guiné-Bissau, *In Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, N.º 8, Bissau: INEP, pp. 87 a 10.
- Handem, A. (2008), *Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau*, Projecto No Na Tisi No Futuro, Lisboa: IMVF.
- Handem, D. (1991), Desenvolvimento na Base e Participação Popular. Uma alternativa? in *A Problemática da Emergência das ONGs Nacionais nos PALOPs*, Lisboa, SOLIDAMI/FOVAD, pp. 83 a 111.
- Hirata, K. (1969), *Sociedade Civil e o Socialismo*, Tóquio.
- Igoe, J. & Kelsall, T. (Ed.) (2005), *Between a rock and a hard place: African NGOs, donors and the state*, Durham: Carolina Academic Press.
- Keane, J. (2001), *A Sociedade Civil: velhas imagens e novas visões*, Lisboa: Temas & Debates.
- Koudawo, F. (2001), *Cabo-Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal*, Coleção Kacu Martel, Vol. 14, Bissau, INEP.
- Koudawo, F. (2000), Os Media na Guiné-Bissau, in Nick, S. (Cord.) *Pluralismos de Informação nos PALOP*, Institut PANOS, Cascais: Principia, pp. 97 a 126.
- Koudawo, F. (1996), A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau, *In Koudawo, F. & Mendy, P. coord, Pluralismo Político na Guiné-Bissau*, Bissau, INEP, pp. 67-120.
- Lima Kallas, M. (2010), *La participation politique dans la Guinée-Bissau de la démocratie libérale: rupture démocratique avec le régime 'autoritaire' précédant?*, Mémoire de Master 2, Département de Science Politique, Paris: Université Paris 8.
- Lopes, C. (1987), *A Transição Histórica na Guiné-Bissau: do Movimento de Libertação Nacional ao Estado*, Coleção "KACU MARTEL", Bissau: INEP.
- Mendy, P. (1996), Emergência do Pluralismo Político na Guiné-Bissau, *in Koudawo, F. & Mendy, P. coord, Pluralismo Político na Guiné-Bissau*, Bissau: INEP, pp. 13 a 65.
- Nóbrega, A. (2003), *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCSP.
- Roque, S. (2007), *Construir o Colapso: Estado, Sociedade e Actores Externos na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCTE.
- Rudebeck, L. (2004), *Democratization and 'Civil society' in a West African Village*, Uppsala: Collegium for Development Studies, University of Uppsala.
- Sangreman et alia (2006), *A Evolução Política Recente na Guiné-Bissau: as eleições, os conflitos, o desenvolvimento e a sociedade civil*, Lisboa: CEa-ISEG.
- Sangreman, C. (2003), *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986-2001*, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.
- Solidami (1991), *A Problemática da Emergência de ONG's Nacionais nos PALOP: 1.ª Reunião dos «Cinco»*, Lisboa: SOLIDAMI/FOVAD.
- Teixeira, R. (2010), *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau 1994-2006*, Recife: UFPE.

- Teixeira, R. (2008), *A Construção Democrática na Guiné-Bissau: Limites e Possibilidades*, Conferência sobre Pluralismo Político e Democracia na Guiné-Bissau, Bissau 17-18 Outubro, CODESRIA.
- Temudo, M. (2005), Western Beliefs and Local Myths: A Case Study on the Interface between Farmers, NGOs and the State in Guinea-Bissau Rural Development Interventions, in Igoe, J., & Ketsall, T. (2005), *Between a rock and a hard place: African NGOs, donors and the state*. Durham: Carolina Academic Press
- Trajano Filho, W. (2010), Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas mandjuandadis da Guiné-Bissau, in Trajano Filho, W. (Org), *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*, ABA, Brasília: Athalaia.